



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

**56º Concurso Público de Juiz Substituto  
Prova Escrita Discursiva**

**16/agosto/2015**

**BLOCO 1**

DIREITO CIVIL  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL  
DIREITO DO CONSUMIDOR  
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**BLOCO 2**

DIREITO PENAL  
DIREITO PROCESSUAL PENAL  
DIREITO CONSTITUCIONAL  
DIREITO ELEITORAL

**BLOCO 3**

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA  
DIREITO EMPRESARIAL  
DIREITO TRIBUTÁRIO  
DIREITO AMBIENTAL  
DIREITO ADMINISTRATIVO

Senhor(a) Candidato(a),

a) Esta prova contém 10 (dez) questões, cada uma valendo 1,0 (um) ponto;

b) As questões poderão ser respondidas em qualquer ordem, desde que identificado o seu número;

c) A prova **não** poderá conter nome, assinatura, pseudônimo ou qualquer outro sinal que possa identificá-la;

d) Em suas respostas, seja claro(a) e objetivo(a). Evite rasuras.

**Boa prova!**

BLOCO 1

01- João de Deus, advogado, foi procurado por Ângelo dos Céus, que reside na cidade de São Paulo, dizendo-se ser titular de direitos litigiosos, objeto de várias ações relativas a glebas de terra, localizadas no Estado de Mato Grosso. Que como não tinha mais condições financeiras de custear os gastos referentes às demandas, lhe propôs um negócio, oferecendo-lhe 30% (trinta por cento) do resultado econômico que viesse a conseguir através daquelas ações. E que, para tanto, deveria assumir todas as despesas periféricas dos processos, incluindo a sua defesa judicial e extrajudicial. O contrato foi assinado, sendo outorgado procuração *ad judicium* naquela oportunidade. Posteriormente, o advogado foi surpreendido com uma notificação em que o cliente rescindia o contrato e cassava a procuração *ad judicium*. Em razão destes fatos, o advogado propôs, em Goiânia, uma Ação Ordinária, defendendo a tese de que a procuração *ad judicium*, outorgada pelo cliente, não era um simples instrumento de mandato, e sim um instrumento de execução de um contrato, que cria uma sociedade de negócio entre ambos. No mérito da ação, postulou a condenação do cliente no cumprimento do contrato entabulado entre as partes, mantendo-o como advogado nas ações que envolvam os direitos objeto do contrato até o seu julgamento final, mais a aplicação da multa contratual, custas e honorários de sucumbência.

Pergunta-se: O foro em que a ação foi ajuizada está correto? O pedido é juridicamente possível? A relação negocial entre as partes é de prestação de serviços ou de associação? É possível revalidar judicialmente uma procuração particular cassada pelo outorgante? Justifique as suas respostas.

02- Esclareça o que vem a ser “teoria maior” e “teoria menor” da desconsideração da personalidade jurídica.

03- Discorra sobre o princípio da vinculação da oferta nas relações de consumo.

## **BLOCO 2**

04- O funcionário público caluniado e injuriado em razão de suas funções pode apresentar queixa-crime contra o autor de ambas as condutas? Justifique a sua resposta.

05- Na hipótese de um homicídio doloso perpetrado em Goiânia e consumado em Aparecida de Goiânia: qual o Juízo competente para julgar o fato? Por quê? A Competência será determinada por qual teoria? Justifique as suas respostas.

06- A prática de atos infracionais pode ser utilizada como fundamento para a manutenção da prisão preventiva? Fundamente sua resposta à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

07- Estabeleça a relação entre a Abstrativização do Controle Difuso e a Teoria da Transcedência dos Motivos Determinantes.

### **BLOCO 3**

08- De um modo geral, tem-se que a imunidade tributária possui arcabouço constitucional, enquanto a isenção tributária é tratada no âmbito infraconstitucional da lei ordinária ou complementar. Por que, então, doutrinariamente, pode-se considerar que o artigo 151, I, da Constituição Federal não regula uma imunidade?

09- Por que se pode afirmar que os comitês previstos no artigo 37 da Lei n. 9433/1997 constituem-se em um dos pontos mais sensíveis do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos?

10- O servidor público recebeu punição administrativa aplicada em PAD regularmente processado. A decisão punitiva ainda não transitou em julgado. É legal a imediata execução do julgado?